



Reunião Comissão do PLS

Data: 15 de julho de 2022.

Horário: 9h30

A Juíza Presidente da Comissão Permanente Gestora do PLS (CPGPLS), Dr^a Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia, abriu a reunião às 9h35min e agradeceu a presença de todas e todos, em especial do Secretário Geral da Presidência, Eduardo Silveira Rocha, e do Diretor-Geral, Sandro Alencar Furtado, que tanto podem auxiliar e contribuir com os esforços desenvolvidos pela Comissão, em prol do atingimento dos seus objetivos, principalmente porque coordenam muitas das unidades administrativas que a compõem.

Na sequência, Dr^a Sandra alertou que a composição da Comissão Permanente Gestora do PLS está em vias de vir a ser abrangida pelo Comitê a ser instalado, por força da necessidade de atendimento e readequação à [Resolução CSJT 325/2022](#), mas, esclareceu que a continuidade das atribuições se impõe principalmente pela necessidade de definição e fixação de metas aos indicadores, bem como a fixação de parâmetros e ações necessários à mais adequada execução do PLS. Quanto às metas, depois de enviados os materiais de referência, enfatizou Dr^a Sandra que dentre estes, inclusive, constou a referência dos PLS de diversos outros tribunais, em que é possível identificar projetos prontos para serem eventualmente replicados.

A importância de toda essa definição, segundo Dr^a Sandra, não se resume à obrigação de apenas seguir os normativos do CNJ, mas, principalmente, visa orientar o trabalho do dia a dia de todas as unidades, em suas rotinas e atribuições. Mesmo que o objetivo precípuo do TRT-PR seja o de prestar a jurisdição de qualidade e humanizada, Dr^a Sandra reiterou que sabemos que os indicadores do PLS, em última análise, dão ao nosso trabalho concretude, permitem à sociedade aferir nossa atuação, seja pelo acesso aos relatórios ou painéis disponibilizados, em relação à forma como gerimos nossos recursos e de que forma atenderemos os interesses da sociedade.

Outrossim, Dr^a Sandra enfatizou que a importância de definirmos metas para os indicadores se evidencia ainda mais quando diante do reconhecimento recente de que nosso TRT obteve a 3^a melhor colocação entre os 24 Regionais Trabalhistas no Índice de Desempenho da Sustentabilidade (IDS) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que impõe que busquemos a manutenção dessa condição, tanto para o Tribunal como instituição, como para a Administração e sobretudo para nós, que trabalhamos em regime de colaboração, buscando sempre eficiência e aprimoramento em nosso trabalho.

Finalizando sua fala de abertura, Dr^a Sandra enfatizou que, para obtermos sempre melhor eficiência, esperamos, assim como os nossos gestores Eduardo e Sandro, de cada um e de todos os Grupos Executivos, que possam colaborar com a indicação concreta e fundamentada das metas que pretendemos alcançar





para o quadrimestre final deste ano de 2022, que devem estar em consonância com o trabalho que temos hoje, possibilitando a emissão do Relatório de Desempenho mais adequado, contendo as informações tão mais fidedignas quanto for possível, até o dia 28 de fevereiro de 2023;

Passada a palavra à Presidente Suplente da CPGPLS, Juíza Angélica Cândido Nogara Slomp, a Magistrada enfatizou que o PLS se trata de política institucional e que deve ser internalizada, não como faculdade ou opção, mas como obrigação para que todos parem, reflitam e trabalhem em prol de dar concretude às práticas acerca dos referenciais, diretrizes e orientações normativas, em especial pela previsão de qual é a nossa competência, como Comissão do PLS, segundo consta da Resolução CNJ 400/2021, mencionada pela Dr^a Angélica: *"... deliberar sobre metas e indicadores (...) avaliar e aprovar relatórios de desempenho (...) propor a revisão do PLS, sempre que necessário (...) tarefas e iniciativas acerca das metas e como chegar a elas"*.

Na sequência, oportunizada a palavra ao Diretor-Geral, Sandro se colocou à disposição para todo o apoio necessário, bem como enfatizou o empenho e vontade pessoal da Presidente do Tribunal, Desembargadora Ana Carolina Zaina, para promoção da temática da Sustentabilidade, tendo sido a sua menção acompanhado pelas magistradas, Dr^a Sandra e Dr^a Angélica, que reforçaram o conhecimento anterior e de relação muito forte com essas questões desde longa data pela Dr^a Ana Carolina, conhecendo bastante a temática e considerando o PLS como instrumento de governança necessário para adequar as necessidades da gestão. Ressaltou o Diretor-Geral que a Secretaria Administrativa e suas principais Unidades têm estado bastante vinculadas aos indicadores e que podem colaborar de forma eficiente com o planejamento e a definição das metas e indicadores que ora se busca.

Passada a palavra ao Secretário Geral da Presidência, Eduardo enfatizou que o papel da Secretaria Geral da Presidência (SGP), neste particular, é um pouco diferente em relação ao papel da Direção-Geral (DG), trazendo alguns esclarecimentos acerca da unificação dos Colegiados Temáticos, projeto este que está sendo realizado e cumpre à SGP apoiar, sendo que a Dr^a Ana Carolina instituiu uma equipe de Projeto, que prevê a revisão da estrutura dos Comitês e das Comissões, por força do atendimento às determinações da Resolução CSJT 325/2022. A ideia é, justamente, padronizar e reduzir o número de Comissões existentes no TRT-PR (atualmente 85), sem perda de legitimidade e importância, sendo que a intenção daquele Conselho é reunir as iniciativas em sete grupos temáticos, limitando-se a denominação de Comissão para uso por temáticas relacionadas à jurisdição e de Comitê e Subcomitê para uso por temáticas administrativas. Foi enfatizado, ainda, pelo Eduardo, que para apoiar toda essa nova estrutura que vier a restar adaptada e readequada, será criado um Núcleo de Apoio aos Colegiados, o qual, por meio da SGP, proporcionará o suporte administrativo e tão logo concluído será divulgado e comunicado, resguardando-se de qualquer forma o necessário apoio e patrocínio pela Presidência a todas as estruturas, em especial pela temática da Sustentabilidade.





D^{ra} Sandra repassou a palavra ao representante titular e Chefe do Setor de Sustentabilidade (SUST), Mário Luis Kruger, que passou a tecer breves considerações iniciais sobre o contexto, a importância e os objetivos principais do PLS, bem como sobre a sequência de apresentação, acerca da necessidade de fixação dos indicadores e metas para 2022. Assim, restou enfatizado pelo Mário que a expectativa da Comissão do PLS é que o Plano de Logística Sustentável, disciplinado pela [Resolução CNJ 400/2021](#), seja utilizado como ferramenta de fato capaz de englobar todas as atividades desempenhadas pelas unidades, em prol da mensuração dos indicadores mínimos e, sempre que necessário, dos indicadores complementares que se façam necessários, principalmente que permitam internalizar o processo sustentável dentro das ferramentas de gestão existentes e em desenvolvimento e adaptadas ao contexto de atuação do TRT-PR, de forma integrada e sistêmica com as políticas de governança de contratações, disciplinada pela [Resolução CNJ 347/2020](#), e ao lado da Política de Contratações, propriamente dita, da Política de Capacitação e da Política de Gestão de Riscos da instituição.

Ao mesmo tempo, Mário enfatizou que se busca integrar toda essa dinâmica da logística e de suporte com a estratégia institucional, PEI/TRT-PR, e nacional trazida pela [Resolução CNJ 325/2020](#), tanto pelo macrodesafio de Promoção da Sustentabilidade como pela geração de valor e de resultado, tendo como foco as perspectivas econômica, social, ambiental e cultural, com o uso adequado dos recursos e gestão dos resíduos gerados, acompanhado da minimização dos impactos às pessoas e ao ambiente.

- Portanto, dentro desse contexto apresentado, foi reiterado pelo Mário que se impõe a necessidade de que sejam definidas as metas para os indicadores, em um primeiro momento para 2022, mesmo que limitados ao último quadrimestre, e que possibilite a extensão para os demais anos que compõem o PLS 2021-2026. Ressaltou, ainda, essa dinâmica e a possibilidade de que o PLS seja constantemente revisado e revisado, sempre que verificada a necessidade de reestruturação, das metas e dos planos de ações, desde que sempre dada a publicidade, reportes e disponibilização em nosso Portal e Painéis, não apenas para cumprimento normativo mas também para o compartilhamento de boas práticas.

Quanto ao Painel do PLS (Painel da Sustentabilidade), Mário enfatizou a disponibilização do arquivo do Microsoft Power BI desenvolvido pelo TRT23/MT e agradeceu todo o esforço da equipe do Projeto, formado por representantes das unidades Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística (SGE), da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e do SUST, no sentido de adaptar o arquivo cedido de maneira a permitir a disponibilização e a visualização mais amigável de todas as informações, mensurações e possibilidades de disseminação do PLS para todos os Gestores, Multiplicadores da Comissão de Responsabilidade Socioambiental (CRSA) e demais partes interessadas, embora ainda em fase de homologação e dependente da necessidade de validação pelas áreas responsáveis pelo controle, registro e inserção dos dados e informações junto aos formulários, mensais e anuais do PLS, no Sistema Votor.





Descrita ainda a iniciativa deliberada durante a última reunião da CPGPLS, de criação dos Grupos Executivos compostos por representantes das unidades que possuem atribuições de controle vinculadas aos dados e informações relativos a indicadores comuns e relacionados, a fim de propiciar mais agilidade da condução das reflexões e proposições sem a necessidade de reunião da composição plenária da Comissão. A expectativa em relação a estes grupos, dentro da Comissão Permanente Gestora do PLS, portanto, estão relacionadas com: I. Proposição de metas anuais relacionadas aos indicadores; II. Planos de ação para alcance das metas; e III. Manter atualizados os dados de consumo de suas unidades no sistema Vetor / outros sistemas (painéis) utilizados como ferramenta de apoio para o monitoramento de desempenho das metas.

Quanto à priorização dos indicadores, foi proposto pela Comissão e apresentado pelo Mário que, dentre os 18 Indicadores Mínimos, previstos pela Resolução CNJ 400/2021, cerca de 12 Indicadores são também considerados para a mensuração do IDS, indicador este que contribui, juntamente com outros, para a pontuação do Prêmio de Qualidade do CNJ. Por este motivo, tendo em vista o alerta trazido pela Dr^a Sandra, da necessidade de estabelecer prioridades, é que Mário pontuou que se propôs considerar a sequência dos respectivos índices que formam o IDS, independentemente de que ocorram algumas eventuais alterações de critérios pelos Coordenadores do Sistema PSL-JUD, Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) e Divisão de Gestão Estratégica (DGE) do CNJ, como, inclusive, ocorreu no lançamento do 6º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, divulgado recentemente, no final de junho/2022.

Nestes termos, buscando-se otimizar os procedimentos, propôs-se iniciar pela definição das metas em relação aos indicadores de papel, copos, água envasada, impressão, energia elétrica, água e esgoto, resíduos (relacionadas com a coleta seletiva cidadã e com o plano de gerenciamento de resíduos sólidos), telefonia (fixa e móvel), veículos (mobilidade e frota), e sequencialmente pela qualidade de vida (ações de qualidade de vida e solidárias, capacitação) e gradativamente pelos demais, não considerados para o IDS, relacionados com variáveis gerais, reformas e construções (promoção da acessibilidade, eficiência energética, prevenção e segurança, cadastro e registro imobiliário), serviços de limpeza e de vigilância (geral e eletrônica), combustível (veículos oficiais), serviços gráficos, e aquisições e contratações sustentáveis.

Mesmo com a dificuldade de fixação das metas, em decorrência do período pandêmico, nos deparamos com o momento de concretizar essa necessidade justamente para melhor orientar as iniciativas e ações que se fazem necessárias para a mais adequada execução do PLS;

Iniciando-se pelo Indicador 1 – variáveis gerais, sugere-se que seja observada, além de manutenção dos registros dos dados acessíveis e atualizados, a possibilidade de aprimoramento do registro de dados discriminados sobre os funcionários terceirizados, mediante a criação de novas





variáveis de interesse como, por exemplo, de gênero, cor, deficiência, etc. Inclusive, para que sejam acrescentados ao PLS eventual classificação já existente e registrado em outro sistema, contando-se para isso com o apoio da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESPE).

Quanto ao Indicador 2 – Papel, apresentou-se a sugestão trazida pelos representantes da Secretaria Administrativa (SA), Claudio Germano Huf, Chefe da Divisão de Segurança e Transporte, e Adevilson Fernandes de São José, Chefe do Núcleo de Serviços Gerais, para a meta a ser estabelecida para 2022, de redução de 5%. Claudio enfatizou que sejam realizadas, além da necessária definição de meta quantitativa, campanhas de conscientização para minimizar o uso bem como reduzir impressões como um principal meio de consumo de papel.

Com relação ao uso do papel, o Diretor-Geral fez um alerta e observou que, tendo em vista a necessidade anterior de desocupação do estoque de uma só vez, com a distribuição de papel para as unidades, ocorre uma dificuldade de verificação do consumo pelo fato de que o material está de posse daquelas.

Dr^a Angélica perguntou se o indicador de consumo de papel poderia ser visto juntamente com o indicador de impressão, quando Mário relembrou o comentário feito pelo Diretor da STI, Daniel Vicente Thomaz, que por meio do monitoramento do número de acionamento e de utilização das impressoras conectadas à rede possibilitassem a identificação de eventuais discrepâncias ao se comparar unidades administrativas e judiciárias similares, permitindo alguma intervenção de sensibilização, dentro do que for possível.

De pronto, o Secretário Geral da Presidência pediu para tecer duas considerações acerca desses indicadores em comento. Primeiramente, com relação ao papel, embora dependa da avaliação por parte da Diretoria-Geral, enfatizou que, além das informações disponibilizadas pelos painéis, possa eventualmente ser criada a funcionalidade para que os gestores informem todo mês quanto têm de estoque em suas unidades, para que, sendo possível, caso seja de interesse da Comissão, identificar o consumo a cada mês, por meio da diferença entre os respectivos valores informados, e que pode contribuir com o planejamento das compras.

Ressaltou Eduardo, entretanto, que há uma questão que antecede a análise de todos os itens e tópicos que serão alvo de reflexão. Citou o exemplo que em uma ação providenciada pelo Tribunal, motivada por um encontro similar a esse que permitiu a instalação de filtros de água em contraponto à resistência cultural existente, de preferência por utilizar água engarrafada. Foi reiterado, ainda, pelo Eduardo, que essa mudança cultural em relação a diversas temáticas podem ser uma importante contribuição por parte desta Comissão, notadamente pela reflexão e diagnóstico acerca do modelo de trabalho trazido pela pandemia, incluindo o teletrabalho e o trabalho remoto, como realidades possíveis, como algo que foi antecipado e que traz impactos importantes em relação à sustentabilidade institucional, reduzindo significativamente a utilização de todos os recursos, sem desconsiderar evidentemente alguns aspectos negativos entre as quais a diminuição das trocas e da socialização que ocorre quando as





peças estão mais próximas, passando a se consistir em experiência adquirida e que não pode ser ignorada.

Sugere, portanto, que uma ação originada desta Comissão, em auxílio à Administração, possa ser direcionada a identificar de que forma e em que quantitativo uma adoção de modelo de trabalho possa estar relacionada com a economia no uso de recursos. Toda a mensuração relativa aos diversos indicadores trazidos pelo PLS dependem dessa premissa: “Qual é o modelo de trabalho que vamos adotar? Quantas pessoas estarão trabalhando nas nossas sedes? Quanto de estrutura é necessário para dar suporte a essas pessoas? ”

Evidentemente que, ressaltou Eduardo, se trata de uma reflexão a ser adotada com toda a cautela necessária, relacionando-se principalmente com as unidades de saúde, de forma gradativa, sem abandonar as pessoas à própria sorte, mas visando pensar concretamente na adoção do novo e possível modelo de trabalho como motor desses mecanismos de gestão e de maneira a que permita, principalmente, fazendo remissão ao início do seu comentário, de que se faz necessário comparar unidades similares, com consumo diversos e que recebem demandas e distribuição da mesma quantidade de processos.

O Assessor de Comunicação, Gladimir do Nascimento, aproveitou para enfatizar que essa visão da sustentabilidade institucional contribui com a sustentabilidade da cidade. Tal como células dentro de uma cidade, impactamos a cidade quando reduzimos nossos deslocamentos e contribuimos assim com o aumento da sustentabilidade.

D^{ra} Sandra asseverou, ainda, que estas repercussões e esses impactos têm que ser necessariamente considerados. É preciso verificar como toda essa nova realidade impactou e quais são os parâmetros e referências a serem considerados, já que dificilmente iremos alcançar os números registrados durante o tempo da pandemia, além do fato de que muitas das despesas que constam dos indicadores do PLS foram transferidas a nós, como, por exemplo, consumo de energia, de água, de telefone, além do impacto na redução do uso de combustível institucional, em face da diminuição expressiva de deslocamentos de magistrados, autoridades, distribuição de materiais e insumos para setoriais do interior, além da mudança de rotinas de unidades judiciárias de manutenção de regime híbrido de revezamento, com uma parte de servidores em casa e outros de forma presencial no fórum. Tal análise, enfatizou D^{ra} Sandra, poderia ser efetivamente realizada, embora de forma paralela e complementar ao esforço correspondente à análise, acompanhamento, avaliação e monitoramento dos indicadores que compõe o PLS.

Eduardo reiterou tal possibilidade, no sentido dessa Comissão orientar a Administração, visando identificar tais parâmetros, de forma mais efetiva e que permitam colher informações sobre a comparação de eventuais dispêndios discrepantes em unidades similares que contribuam com a tomada de decisão mais adequada.





Dr^a Sandra afirmou que tal reflexão pode, efetivamente, vir a ser objeto de estudo para que possamos conhecer as possibilidades e os efeitos resultantes da vinculação entre o modelo de trabalho, o uso dos recursos, a qualidade de vida dos magistrados e servidores, tudo com vistas a harmonização em relação às mensurações dos indicadores do PLS.

Dentro dessa reflexão, Sandro enfatizou que têm sido realizados estudos e avaliações pela Presidência, que tem acompanhado muito de perto as eventuais repercussões, sempre no sentido de reavaliar os impactos e as possibilidades, inclusive, de adequação dos limites percentuais para o teletrabalho, bem como, juntamente com a ponderação da Dr^a Sandra, relatou os estudos decorrentes de reocupação, cessão, readequação de uso ou mesmo compartilhamento com outros órgãos públicos, que guardem afinidade de atuação institucional e funcional, dos espaços prediais que restarem ociosos. Ressaltou, entretanto, que se trata de processo gradativo e que não se resolve em pouco tempo, inclusive, acompanhado nessa reflexão pelo Eduardo, que mencionou a similaridade com a necessidade de evoluir no processo de mudança de cultura institucional para reduzir drasticamente a utilização de água envasada, processo este que levou vários anos para ser assimilado com menor resistência.

Continuando, Eduardo ressaltou que mesmo se tratando de processo relativamente simples, o processo de mudança cultural leva um tempo consideravelmente ampliado. De qualquer forma, diante da perspectiva de que os diversos indicadores de que trata o PLS estejam envolvidos na mudança de hábitos de consumo pelas pessoas envolvidas, bem como serão influenciados pelo modelo de trabalho que vier a ser adotado e associado àqueles indicadores correspondentes, eles devem sempre ser monitorados com o intuito de fornecer elementos e informação para que a Administração possa tomar decisões que contribuam com o raciocínio anterior trazido pela Diretoria-Geral.

Mário comentou sobre a experiência que têm sido compartilhada pelos órgãos públicos que compõem como membros a Rede Sustenta Paraná, por meio das diversas possibilidades de atuação e de capacitação conjunta previstas pelo Acordo de Cooperação 001/2019, do qual, inclusive, faz parte o TRT-PR. Citou, como exemplo, o compartilhamento de um espaço onde já funcionavam o Banco Central do Brasil (BACEN) e o Departamento de Patrimônio da União (DPU), que passou a acolher recentemente também a Secretaria do TCU no Paraná (Secex-PR).

O Diretor-Geral ressaltou que essa prática já vem sendo observada pela atual Administração para perceber os efeitos e possibilidades desse compartilhamento de espaço, ressaltando, entretanto, que nem todo órgão pode ser alvo dessa ação, mas que podem ser priorizados os casos específicos mais adequados.

Dr^a Angélica aproveitou para destacar que os indicadores do PLS, em suas várias perspectivas e dimensões, podem dar a concretude necessária e suficiente para orientar efetivamente medidas de racionalização de uso de





espaços e de recursos, similares às apresentadas e mencionadas pelas falas anteriores.

Abordou-se o tema de uso dos painéis solares para a geração de energia elétrica e Dr^a Sandra comentou que um dos fatores de o TRT da 4^a Região do Rio Grande do Sul ter figurado em 1º lugar, dentre os tribunais trabalhistas, no Índice de Desempenho da Sustentabilidade (IDS) deve ter sido, justamente, o fato de aquele Regional ter instalado placas fotovoltaicas em diversas localidades e em vários prédios, sendo que no TRT-PR temos placas apenas em Porecatu.

Neste particular, entretanto, foi asseverado pelos presentes que Porecatu tem o potencial de contribuir com o pagamento de outras unidades com o excesso de energia produzida e que estão em construção outras usinas fotovoltaicas em fóruns trabalhistas no Estado do PR.

Dr^a Sandra agradeceu as ponderações e os esclarecimentos trazidos pelo Diretor-Geral e pelo Secretário Geral da Presidência, que proporcionam uma visão 360º que possibilita a visualização dos dois lados do problema, para perceber os desafios e as dificuldades que necessitam ser enfrentadas cotidianamente pelos dirigentes da Administração, questões essas que ficam mais fáceis de entender e que vem sendo analisadas para futuras alterações.

Passando-se às sugestões trazidas para o indicador de utilização de copos descartáveis, Adevilson enfatizou que se propôs como meta a redução de 10% do consumo, já para o ano de 2022, e redução de 20% para 2023, sendo que mesmo que fosse definido que não haveria mais o fornecimento, o que a princípio poderia ser viável, esta ação estaria igualmente condicionada à mudança cultural, de estrutura de atendimento, principalmente para o usuário externo, pois, quando em período de pandemia, aumentou o seu uso em decorrência da saúde. Foi ressaltado pelo Adevilson que, em relação aos gastos, entende inviável propor a redução do percentual tendo em vista que, diante da tentativa frustrada de utilização do almoxarifado virtual, cuja contratação restou rescindida, haverá a necessidade de efetuar compras para a recomposição de estoque, o que pode impactar no valor do gasto, mesmo que os copos não sejam adquiridos para consumo apenas em 2022, podendo ser distribuídos ainda durante o primeiro semestre de 2023.

Dr^a Sandra ressaltou que as metas não necessariamente precisam implicar em uma redução de consumo, mas, sim, devem ser, caso a caso, analisadas, avaliadas e justificadas. Enfatizou, ainda, que em certas unidades como a que preside não se permite a aquisição de copos plásticos descartáveis. Porém, reconhece que em outras unidades, mesmo com a interrupção de aquisição pelo Tribunal, alguns magistrados podem determinar a compra, via rateio do custo entre os magistrados e servidores da Unidade.

Prosseguindo, com relação ao indicador de água envasada, Adevilson enfatizou que atualmente o TRT fornece apenas para o Edifício Rio Branco e praticamente apenas poucos usuários durante as sessões solicitam que sejam





servido água mineral com gás. Há previsão de compra de cerca de 100 embalagens por mês para reposição do estoque e, se eventualmente for escolhida a Administração interromper a compra para os anos seguintes, 2023 e 2024, esta decisão deveria apenas ser informada aos usuários mencionados, por meio de ação de comunicação institucional.

Passando para os Indicadores de impressão, o representante da CRSA, Chefe da Seção de Central de Serviços de TI, Clemerson Keiber, enfatizou que a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) tem contribuído com a coleta dos dados e informações relativas aos quantitativos de impressões realizadas, sendo que mensalmente são consultados pelo menos dois painéis para conferência dos dados. No mais, informou que a STI não poderia fixar diretamente as metas, competência esta que precisa ser ampliada, para não incidir no inconveniente de fixar metas sem a correspondente relação, por exemplo, com a disponibilidade orçamentária. Com base em tais elementos, sugere Clemerson que como ponto de partida, para se aferir a evolução a partir de 2022, seja utilizado como referência o parâmetro de média, considerando como um fator os valores de 2019, quando as atividades eram majoritariamente presenciais e, como outro fator, a média dos valores de 2020 e 2021, considerando assim o período da pandemia.

Eduardo, usando da palavra, asseverou que poderia ser realizada a iniciativa de verificação da equalização do volume de impressão para unidades similares, tais como àquelas motivadas por políticas de uso de impressoras de backup em áreas administrativas, impressoras compartilhadas, etc. Nesse ínterim, solicitou, ainda, que a Comissão do PLS proponha a implantação de Política que proíba a utilização de impressora fora da rede a fim de, inclusive, orientar os técnicos de TI que necessitam de diretriz clara sobre o fornecimento de tais insumos e equipamentos. Trata-se de mais um exemplo acerca do modelo de trabalho que permite aplicar e visualizar efetivamente a geração de valor pela Sustentabilidade, conforme definição de parâmetros claros e concretos acerca do uso dos recursos disponibilizados em relação à cultura institucional que se vislumbra amadurecer nessa direção.

Com relação à emissão de Guias de Retiradas pelas Varas do Trabalho, Dr^a Angélica enfatizou sobre a possibilidade de emissão de remessa eletrônicas, quando Eduardo reiterou sobre a sugestão de que seja verificada a equalização de volume de impressão e de trabalho pelas unidades. Neste particular, Gladimir pontuou que ainda se percebe a emissão de documento a ser impressos apenas para leitura e descarte posterior o que, segundo ele, não se coaduna com a posição de sustentabilidade e de adequabilidade no uso dos recursos.

Sandro aproveitou para chamar a atenção à dificuldade que alguns aplicativos de leitura de documentos em PDF ainda apresentam, sendo que Clemerson enfatizou que existem algumas ambientações e funcionalidades que podem ser documentadas e disponibilizadas aos usuários. Nesse momento, veio à lembrança, pelos presentes à reunião, a importância de que a situação de operacionalidade das unidades em relação ao uso de recursos administrativos,



tipo papel e insumos de impressão, sejam explicitadas, como alerta àquelas unidades que eventualmente possam extrapolar no quantitativo em relação às suas similares. Esta divulgação dos quantitativos, no entanto, não deve ser realizada de forma a expor diretamente as unidades envolvidas, mas, sim, deve ser conduzida de maneira didática.

Clemerson enfatizou, portanto, sobre a necessidade de definição de meta para os indicadores de impressão, razão pela qual indagou sobre colocar em prática a sugestão de estabelecimento de um valor de referência, do quantitativo anual de impressões, usando a média a ser obtida entre os valores de 2019 e os valores médios de 2020 e 2021, com a proposta de redução de 5%, alinhando assim esta meta com a meta de redução de consumo de papel. Quanto a isso, houve concordância dos participantes para que assim seja feito.

Na sequência, Mário salientou a importância de vincular as iniciativas e painéis que vêm sendo utilizados pela Campanha “É da conta de todos” com os demais indicadores do PLS, sendo que o Secretário Geral da Presidência ressaltou que todas as possibilidades de painéis existentes poderiam, se for viável, vir para dentro do PLS, ou mesmo, como pontuou a Dr^a Sandra, que nos painéis possam existir funcionalidades para que cada unidade possa realizar suas próprias análises, unificando assim o conhecimento, os dados e as informações, com as interseccionalidades necessárias para tanto.

Adevilson, na sequência, reportou que quanto aos tópicos relativos aos indicadores de água e de energia, ambos já foram objeto de redução de gastos, cujas mensurações já propiciaram ir além dessa redução significativa, como resultado da própria campanha já mencionada, “É da conta de todos”. Caro que há possibilidade de estabelecimento de meta a ser reduzida, como a proposta de redução de 1%, sendo menor em função pelo trabalho já efetuado nos anos anteriores, pela campanha, motivo pelo qual foi sugerido o escalonamento para cinco anos, sendo 20% a meta, de forma gradativa a cada ano. Se ocorrer avanço e a meta restar cumprida de forma antecipada será ótimo, até porque, segundo Adevilson, passam a representar medidas que se tornam permanentes e, se eventualmente não conseguirmos, poderá ser revista a situação. Com relação aos gastos, entretanto, sugere-se apenas o monitoramento em face do momento de avanço inflacionário, aliado ao risco de um aumento significativo de tarifa que possa nos expor ao fato de ainda que o consumo seja menor o gasto possa vir a ser ampliado. Ressaltou, por fim, Adevilson, a importância dessas apresentações e dos dados dos painéis, que possam servir para disseminar campanhas de informação e sensibilização que ampliem a motivação de todos os magistrados e servidores sobre redução de consumo, tanto de energia elétrica como de água, a exemplo das medições rotineiras que vêm sendo feitas com o objetivo de evitar vazamentos e desperdícios nas, unidades administrativas e judiciárias sendo que, caso constatados, possam sofrer intervenção tempestiva.

Foi enfatizado, também, pelo Diretor-Geral, acerca das ações já programadas e em andamento para implantação de placas fotovoltaicas, o que





contribuirá para otimização e redução do consumo de forma significativa sendo que, neste particular, Gladimir ponderou se seria possível ou se teríamos autonomia para alterar o indicador para kwh gerado ao invés de kwh consumido, no caso de geração de energia. Mário ressaltou que não existe campo próprio no Sistema PLS-JUD, atualmente disponibilizado pelo CNJ, para executar tal registro, o que, todavia, não impede que quando do Relatório de Desempenho do PLS seja explicitado esse ganho de otimização e eficiência energética.

Retornando ao tema acerca da possibilidade de redução no uso de água, independente de resultado meramente pelo esforço do usuário, Adevilson enfatizou que o reuso de águas pluviais, por exemplo, para regar jardins ou lavagem de áreas externas, poderia representar uma possibilidade alternativa e secundária, a depender da competente análise e avaliação técnica pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura quanto à viabilidade, por se tratar de implantação de melhorias que, embora onerosas, se custeiam ao longo do tempo pela economia gerada. Diferentemente do que ocorre com as ações de economia de energia, pois, nos ambientes, independentemente da quantidade de pessoas que estão presentes, o dispêndio de energia será o mesmo.

Apenas com relação ao uso de água pluvial para descargas de sanitários, alertou Clemerson que parece existir alguma restrição e/ou vedação da possibilidade desse uso, em face da impossibilidade de tarifação adequada para tratamento de esgoto, por parte da concessionária, uma vez que esta taxa estaria vinculada e relacionada com o consumo específico de água potável.

Anadélia Trentini Campara, Diretora da Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA), ressaltou que diversas unidades do interior contam com reservatório de coleta de águas pluviais sendo que, no entanto, existe a percepção de resistência de algumas dessas unidades em efetivamente utilizar tal recurso, em face da alegada dificuldade em operacionalizar os aspectos envolvidos, de limpeza e manutenção contínua do reservatório ou mesmo de baixa pressão de fluxo, entre outras, sendo que a Presidente da Comissão enfatizou que impõe-se a necessidade de insistir nas campanhas de sensibilização e de divulgação, para que gere maior engajamento no uso de tais recursos já disponibilizados.

Gladimir mencionou que, em recente estudo feito durante o Mestrado de que participou, se concluiu que tal possibilidade de reuso de água deve ser visto de forma adaptada ao contexto e, principalmente, ao local em que se vislumbra adotar essa prática sendo que, muitas vezes, outras medidas simples, tais como o uso de redutor de vazão, de aerador de torneiras, que no cômputo geral, entre outras possibilidades, podem se revelar gerando o mesmo efeito.

Adevilson lembrou que, por outro turno, a questão está relacionada com a reflexão acerca do posicionamento que a instituição busca atender: se relacionada e limitada ao custo financeiro ou com as perspectivas da sustentabilidade na sua forma mais ampla, com razão de ser, uma vez que a água se trata de recurso natural. Quanto à questão de pressão menor do que o costume, oriunda do uso do reservatório de águas pluviais, em se tratando de





idades normalmente servidas com alta pressão, ressaltou Adevilson que seria o caso de pensar a este respeito. Além disso, pode-se substituir as válvulas Hydra por caixas de descargas acopladas, com regulação para encher com quantidades menores de água.

Na sequência, manifestou Mário o tema de Gestão de Resíduos, indicadores essenciais e permanentes para o TRT-PR, como grande gerador de resíduos, em suas diversas localidades, unidades e edificações, sugerindo que seja estabelecido como meta a divulgação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, a fim de destacar, além das ações, as atribuições e responsabilidades institucionais e que estas não fiquem distribuídas, personalissimamente, aos servidores e colaboradores, como têm ocorrido. Eventualmente, mesmo com a informação da impossibilidade e da não adequação por motivos de risco de exposição, de intoxicação e de manuseio perigoso, o Setor de Sustentabilidade tem recebido ou tem sido deixados nos balcões alguns materiais, tais como pilhas e remédios vencidos, o que impõe de forma totalmente inadequada aos servidores que tomem a iniciativa de eles mesmos levarem para o destino adequado.

Neste particular, a representante suplente da CRSA, Assessora do Gabinete de Desembargador 12, Alessandra Souza Garcia, ressaltou que esse diagnóstico pode envolver, inclusive, a gestão de resíduos gerados por iniciativas particulares, tais como as cápsulas de máquinas de café utilizadas em ambientes internos e descartadas juntamente com os resíduos gerados pela instituição.

Isso é importante que seja descrito, enfatizou Mário, mencionando temática trazida pelos Multiplicadores da CRSA em recente encontro mensal, acerca das esponjas de limpeza, ou mesmo embalagens descartáveis de marmitas e refeições, que são descartadas em ambientes de copa e de cozinha nas diversas dependências do TRT-PR. Ao mesmo tempo, enfatizou Dr^a Sandra com relação à adequada destinação a ser dada ao pó de café, descartado após o uso.

O representante da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), Chefe da Seção de Apoio em Dissídios Coletivos, Felipe Perito de Bem, sugeriu, nesse tema, que pudessem ser preparadas e elaboradas pequenas peças de divulgação, como vídeos curtos, que permitissem esclarecer temas e detalhes como esses: cápsulas de café, isopor, lixo orgânico, etc. Neste particular, Gladimir ressaltou que talvez possam ser aproveitadas campanhas e peças de divulgação nacionalmente compartilhadas pelos demais Tribunais, conforme venham a ser disponibilizadas nos grupos dos Assessores de Comunicação.

Com relação às embalagens, a representante da SEGESPE, Chefe da Coordenadoria de Saúde Ocupacional, Desenvolvimento e Benefícios Thays Delmiro Vieira, enfatizou que algumas empresas contratadas e seus prestadores de serviços promovem a coleta seletiva e tomam a iniciativa de realizar artesanato e atividades criativas.





Passando-se aos indicadores relativos às reformas e construções, Mário comentou a importância da presença do servidor Felipe, representante da CPAI, enfatizando sobre a necessidade de que os indicadores contemplassem questões de acessibilidade, em conjunto e em parceria com a SEA, sendo que Felipe enfatizou que o Presidente da CPAI, Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, tem tendido a conceder teletrabalho a todos os servidores que são Pessoa com Deficiência (PcD) e que requeressem, considerando-se, claro, a necessidade dos usuários por meio das adaptações que sejam necessárias. A Diretora da SEA enfatizou que, na sua grande maioria, as unidades têm sido alvo de melhorias e de incrementos de acessibilidade, com base nas Normas, durante os projetos de adequação e de reforma.

Finalmente, em face de transcorrido o lapso temporal previsto, Dr^a Sandra agradeceu a presença de todos, gratificada por ter alcançado o objetivo de compartilhar as reflexões de forma mais ampla, em comparação às reuniões que foram realizadas virtualmente e que mobilizavam uma certa centralidade nos debatedores e apresentadores, com menor possibilidade de participação dos presentes. Como continuidade, serão reunidas em planilhas as informações aqui apresentadas, direcionadas aos membros e aos Grupos Executivos e, havendo dúvidas para a validação dos encaminhamentos e compilações necessárias, elas podem ser encaminhadas para o e-mail da Comissão cpqpls@trt9.jus.br.

Dr^a Angélica aproveitou para, igualmente, agradecer a presença de todos e ressaltar que certamente, após esta reunião, consolidando-se todos os dados e informações, em breve estaremos colocando muitas boas práticas no Portal do CNJ, podendo o TRT9 vir a se tornar exemplo e referência das ideias aqui trazidas e mencionadas pelos presentes, que permitiram ampliar o aprendizado de todos.

Assim, deu-se por encerrada a reunião, sendo por mim, Mário Luís Krüger, Secretário da Comissão Permanente Gestora do Plano de Logística Sustentável do TRT-PR (CPGPLS), transcrita a presente Ata.

Ciente e de acordo. Encaminhe-se a presente Ata aos membros e convidados, participantes da Reunião Ordinária da Comissão Permanente Gestora do PLS, realizada em 15 de julho de 2022, no horário compreendido entre 09h35min e 11h40min, para que apresentem eventuais sugestões de alteração do presente conteúdo, no prazo de cinco dias a contar do recebimento, sendo que, no silêncio, se entenderá como de acordo.

SANDRA CRISTINA ZANONI CEMBRANELI CORREIA
Juíza Presidente da Comissão Permanente da Comissão Gestora do PLS

